

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tema 990 do STF e intercâmbio de inteligência financeira - VISÃO DO DIREITO.....3

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PIX AMPLIADO.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pix Automático vai reduzir custos, diz presidente do BC.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Abusos fiscais geram erosão de confiança (Artigo).....9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Desabafos - DESABAFO.....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Três dias de greve e impasse.....11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Rejeição cristalizada.....13

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

MPF arquivou denúncia sobre suposta fraude de confederação.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso Nacional subjuga o Executivo (Artigo).....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entes regionais superam a União em gasto primário e impulso fiscal.....18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nem sem nem com - WILLIAM WAACK.....22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Promessa descumprida - NOTAS E INFORMAÇÕES.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TIT segue STF e livra contribuinte de ICMS.....24

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - MPES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IA se torna aliada dos pequenos negócios em Minas.....26

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Alta taxa do PIB no 1º tri, mas menores à frente (Artigo).....28

Quinta-Feira, 5 de Junho de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Probabilidade de alta de juro já se aproxima de chance de manutenção..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

"Brasil é o País do futuro que nunca se realiza", diz o economista Nouriel Roubini - COLUNA
BROADCAST

..... 32

Tema 990 do STF e intercâmbio de inteligência financeira - VISÃO DO DIREITO

BRUNO DANTAS

A Constituição da República de 1988 estabeleceu que todos os julgamentos do Poder Judiciário são públicos, sob pena de nulidade (artigo 93, inciso IX). Essas decisões também devem, necessariamente, ser fundamentadas. O caráter público dos julgamentos judiciais permite conhecer as razões que motivaram determinada deliberação, possibilitando sua análise por qualquer pessoa, seja diretamente interessada ou não.

Partindo dessa premissa, vale dedicar alguma análise à recente decisão da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que estabeleceu, por maioria, ser inviável a solicitação direta de relatório de inteligência financeira (RIF) pelo Ministério Público ao Coaf, sem autorização judicial. Nas palavras do STJ, o Tema 990 do Supremo Tribunal Federal não autoriza a requisição direta de dados financeiros por órgãos de persecução penal sem autorização judicial.

Para tentar compreender o sentido dessa decisão, é necessário analisar o texto do Tema 990 do STF, que possui repercussão geral e alcança todos os casos do país: "É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da **Receita Federal do Brasil**, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional."

O STF não apenas analisou a questão do sigilo bancário, mas também o poder investi-gatório do Ministério Público, harmonizando os bens jurídicos em conflito. A perplexidade que permeia a decisão da 3ª Seção inicia-se com a constatação de que o mesmo documento informativo - o RIF - será considerado nulo, caso solicitado pela polícia ou pelo Ministério Público sem autorização judicial, mas não o será caso o próprio Coaf o remeta à mesma polícia ou ao mesmo Ministério Público, também sem autorização judicial. Dependendo da via, um mesmo expediente será considerado nulo ou não.

Além de incompreensível, a construção parece contraditória, evidenciando divergências entre a visão da 3ª Seção do STJ e a do STF. E, de fato, são. Inclusive, é possível afirmar que, caso se consolide, o acórdão do STJ será responsável por uma avalanche de decretos de nulidade probatória na matéria penal. A decisão sequer modula os efeitos desse entendimento no tempo, permitindo sua retroatividade indiscriminada para inquéritos policiais e ações penais ainda ativas que, em algum momento, tenham se valido de relatórios demandados ao Coaf.

Nos últimos 20 anos, o Ministério da Justiça criou o Programa Nacional de Capacitação no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), constituído por instruções

realizadas em todo o país para policiais e membros do Ministério Público, sempre com a participação de servidores do Coaf, incumbidos exatamente de demonstrar como os órgãos de persecução penal deveriam proceder para demandar relatórios de inteligência financeira ao órgão. Todo esse trabalho pode ser jogado fora, caso prevaleça a decisão do STJ. É, no mínimo, curioso constatar que o PNLD foi instituído exatamente a partir de inspeções realizadas por organismos internacionais, que, à época, constataram serem pífios os resultados do combate à lavagem de ativos no Brasil.

Registre-se que o intercâmbio de inteligência financeira com o Coaf se inicia com o cadastramento prévio do policial ou membro do Ministério Público na plataforma do órgão, com autenticação do acesso via assinador digital (token). Em seguida, faz-se o preenchimento eletrônico da página de demanda e a digitação do CPF ou CNPJ a ser pesquisado, com indicação das razões da busca. O solicitante deve indicar a natureza do procedimento investigatório instaurado e inserir cópia digital da portaria desse procedimento.

Uma vez enviada a solicitação, o sistema realiza a verificação do banco de dados do Coaf sobre a existência de registro desse CPF ou CNPJ, e um analista elaborará o RIF com os dados recuperados. É

forçoso concluir que a presença de justa causa é mais evidente na solicitação de intercâmbio dirigida ao Coaf do que na comunicação de ofício.

Nada disso é considerado elemento probatório autônomo, mas apenas mera informação de inteligência financeira, sendo necessária a produção de outras provas para que seja demandado judicialmente eventual afastamento do sigilo bancário.

Tanto a Primeira quanto a Segunda Turma do STF possuem acórdãos reafirmando o Tema 990, permitindo o trânsito dessas informações, seja qual for a via - em oposição, permita-se dizer, ao entendimento do STJ -, para considerar válido o intercâmbio de informações do Coaf com a polícia e com o Ministério Público, seja de ofício, seja a pedido dos órgãos de investigação criminal (Primeira Turma: Rcl 61944 AgR, relator min. Cristiano Zanin, julg. em 02/04/2024, publ. em 28/05/2024; Segunda Turma: HC 246060 AgR, relator min. Edson Fachin, julg. em 07/04/2025, publ. em 22/04/2025).

Os registros de inteligência financeira são ferramentas essenciais para investigações contra a criminalidade organizada, tráfico de drogas e armas, e crimes contra a administração pública. Criar embaraços para que os órgãos de investigação possam demandar intercâmbio de inteligência financeira com o Coaf também representa verdadeiro retrocesso no esforço para inserir o Brasil no contexto mundial de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, podendo trazer reflexos negativos nas avaliações realizadas pelo Gafi/Fatf.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/06/05/all.pdf>

PIX AMPLIADO

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo anunciou que a nova modalidade de Pix - o Pix Automático - beneficiará 60 milhões de pessoas que não têm cartão de crédito.

"Sessenta milhões de pessoas que hoje não têm cartão de crédito vão poder ter acesso a uma série de serviços ou a uma série de facilidades, mas não só a facilidade daquele serviço que ela já tem acesso, mas a serviços que ela não tinha acesso por não ter uma modalidade de contratação desse jeito. E quem tem um cartão de crédito e pode fazer terá também uma série de conveniências", afirmou ele, durante o evento Conexão Pix.

"Todos nós aqui já sofremos algum tipo de clonagem ou algum tipo de fraude e tem que trocar todas as suas assinaturas. Ou quando o seu cartão está vencendo e você tem que trocar todas assinaturas. O Pix também vai conceder essa facilidade adicional", acrescentou o presidente do BC.

O Pix Automático foi lançado nessa quarta (4), em São Paulo, durante o evento Conexão Pix. A nova ferramenta vai permitir o agendamento de despesas periódicas e recorrentes como contas de luz, mensalidades escolares, academias e serviços por assinatura. Pelo cronograma oficial, no entanto, a ferramenta só estará disponível nos bancos a partir do dia 16 de junho, com pessoas físicas como pagadoras e empresas como receptoras.

"Hoje em dia você precisa ter um cartão de crédito para assinar o streaming (transmissão contínua de dados, principalmente áudio e vídeo, através da internet) e muitos consumidores estão excluídos de produtos do comércio eletrônico precisamente pela ausência de um meio de pagamento que, vamos dizer, contorne o ecossistema de cartões e que atinja consumidores que só têm uma conta bancária ou que tenham um limite pequeno. Então, esse lado da inclusão vai ser muito importante para os consumidores", reforçou Renato Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central.

COMO VAI FUNCIONAR

Segundo o Banco Central, o Pix Automático vai funcionar da seguinte forma: o pagador (cliente) fará a autorização do pagamento e definirá regras, como o valor máximo de cada despesa.

Nos dias anteriores a esse pagamento, a empresa deverá enviar a cobrança ao banco do cliente que, por sua vez, fará o agendamento e notificará o pagador para que ele possa conferir, antes do dia do pagamento, se o valor cobrado está correto. O Pix Automático será gratuito para a pessoa pagadora.

O pagador deverá autorizar o pagamento da conta pelo Pix Automático uma única vez e os débitos serão quitados de forma automática na data programada. Essas autorizações poderão ser canceladas a qualquer momento pelo pagador.

Além disso, o Banco Central informou que o cliente final deverá ser notificado sobre o pagamento cerca de 10 dias antes dele ser efetuado e poderá cancelar a operação até a meia-noite do dia anterior à data prevista para o pagamento.

REVOLUÇÃO

Em entrevista coletiva, Renato Gomes disse que o Pix Automático "vai revolucionar como os brasileiros e as empresas realizam e recebem pagamentos recorrentes" e que esse sistema deve ajudar a reduzir a inadimplência no país e facilitar a gestão financeira pelo consumidor. "O consumidor vai ter a possibilidade de controle sobre o que vai sair da conta dele", acrescentou.

Para Ricardo Mourão, chefe do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central, o cliente também poderá escolher não usar o limite do cheque especial para as contas cadastradas no Pix.

"O pagador pode marcar que não quer usar automaticamente o seu limite de cheque especial, então, mais uma vez, o pagador decidirá se ele quer ou não usá-lo. Isso não será feito automaticamente, a não ser que ele tenha dado autorização para que isso aconteça", explicou.

Para evitar golpes, o Banco Central publicará hoje uma resolução que prevê que a autorização do Pix Automático só seja concedida para empresas ativas há mais de seis meses e cujo nome coincida com o cadastro da **Receita Federal**.

Com essa modalidade de Pix Automático, o BC calcula que as empresas que receberão por essa modalidade de pagamento vão conseguir diminuir os custos de cobrança, pois essa operação independe de convênios

bilaterais, como ocorre atualmente no débito em conta, e usa a infraestrutura criada para o funcionamento do Pix.

"Pelo lado das empresas, eu acho que também vai ter um tremendo impacto porque atualmente a empresa precisa ter cerca de 200 contas bancárias. Se ela quiser atingir os clientes de uma certa instituição, a empresa tem que ter um convênio com aquela instituição para poder oferecer o débito automático aos clientes que ela está mirando. Imagina o custo de transação e o custo legal de gerir isso tudo! O Pix Automático vai permitir que uma empresa consolide toda a sua atividade numa única instituição", explicou Gomes.

Por causa disso, ele ressaltou que essa nova modalidade do Pix deverá também ampliar o acesso para pessoas jurídicas menores.

"A Bodytech deve ter um serviço de débito automático, com várias instituições, mas a academia da esquina não tem, e agora vai passar a ter, precisamente por conta da democratização do Pix Automático", finalizou.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1>

Pix Automático vai reduzir custos, diz presidente do BC

JULIANA CAUSIN

O Pix Automático vai ampliar o acesso a serviços financeiros para quem não tem cartão de crédito e reduzir os custos de empresas com cobranças recorrentes, afirmou ontem o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo. Ele disse ainda que ela permitirá que negócios de menor porte tenham acesso à opção de cobrança programada.

- O Pix é o dinheiro que anda na velocidade do nosso tempo, das pessoas hoje em dia, dos negócios, da informação -destacou Galípolo, em São Paulo, no evento "Conexão Pix", que marcou o lançamento da modalidade.

O Pix Automático permite o agendamento de cobranças recorrentes, com apenas uma autorização do pagador. Ele poderá ser usado para contas periódicas, como luz, água, telefone, assinatura de streamming, mensalidade de escola, de academia ou condomínio.

Ao contrário do débito automático, que depende de convênios entre empresas e bancos específicos, o recurso poderá ser usado em qualquer instituição financeira na qual o cliente tenha conta, incluindo fintechs, cooperativas e instituições de pagamento.

Galípolo destacou que essa infraestrutura aberta vai aumentar o acesso a esse tipo de serviço. E, para o usuário, vai permitir "melhor controle das contas":

-(As) 60 milhões de pessoas que hoje não têm cartão de crédito vão ter acesso a uma série de serviços e facilidades a que não tinham. E quem tem um cartão de crédito vai ter uma série de conveniências.

Ele ainda citou o alto nível de adesão ao sistema de pagamentos do BC, citando que 80% das empresas e 90% dos brasileiros usam o Pix. Para o usuário, ressaltou Galípolo, vai promover "melhor controle das contas".

-A gente viaja e, hoje em dia, falam mais do Pix do que de futebol ou de qualquer outra coisa: "Você é do país do Pix"-afirmou. -A demanda que nós sofremos de autoridades monetárias para tentar fazer convênios com o Banco Central para ajudar com a transferência de tecnologia é inacreditável. É uma fila que a gente

nem consegue atender.

'EXPERIÊNCIA MAIS FLUIDA'

Todas as instituições financeiras que oferecem o Pix, para pessoas físicas ou jurídicas, serão obrigadas a disponibilizar a opção. A operação da funcionalidade começa no próximo dia 16. A oferta do serviço para empresas, no entanto, é facultativa e deverá ser gradual. Para habilitar a opção, as receptoras terão de procurar a instituição financeira e liberar o Pix Automático.

Amazon, Globoplay e OLX estão entre as primeiras a oferecer a nova funcionalidade. Elas fazem parte do programa de participantes pioneiros do Pix Automático, criado pelo BC. Para Roberta Ribeiro, head de experiência do usuário digital do Globoplay, a modalidade vai ampliar o alcance, fortalecer a segurança e melhorar a experiência dos usuários:

-É uma experiência com menos fricção, mais fluida, e isso é extremamente relevante porque o processo de compra precisa ser simples.

Vitor Bittencourt, gerente de Produtos de Pagamentos da Amazon, acrescentou que o recurso vai ampliar o acesso a serviços "para grande parte da população que não tem cartão de crédito".

A consolidação da nova modalidade ainda irá depender de uma ação coordenada de instituições participantes do Pix com empresas receptoras, iniciadores de pagamento e desenvolvedores de soluções de integração, ressaltou o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, Renato Gomes:

- Hoje, se uma empresa quer realizar um débito automático, ela precisa fazer um acordo bilateral com um banco. Esses acordos são custosos, então majoritariamente as grandes empresas que o realizam com os bancos grandes. O Pix Automático vai permitir que as empresas menores tenham acesso a esse serviço.

COMBATE A FRAUDES

O BC vai publicar hoje uma resolução com regras específicas para a adesão de empresas ao Pix

Automático. Entre as exigências para adotar o recurso estão a obrigatoriedade de que a empresa tenha CNPJ ativo há pelo menos seis meses e que o nome informado na cobrança seja idêntico ao registrado na **Receita Federal**.

O objetivo é evitar fraudes, como tentativas de empresas falsas simularem nomes semelhantes aos de marcas conhecidas para enganar consumidores. Segundo Gomes, caberá também ao provedor de serviços de pagamento verificar a idoneidade da empresa antes de habilitá-la para usar o Pix Automático:

- Imagine um fraudador que escreva "Light" de um jeito diferente e faça uma demanda de Pix Automático. O consumidor poderia concordar com ela e pagaria o fraudador todo mês. Nossa equação previne exatamente esse tipo de problema.

Segundo o BC, tanto o nome fantasia quanto a razão social da empresa serão exibidos ao consumidor no momento da autorização do Pix Automático, que ocorre uma única vez. O nome da empresa também constará nas notificações padronizadas que o usuário receberá entre 10 e dois dias antes do débito.

Gomes disse ainda que o Pix Automático não tem o objetivo de substituir as compras parceladas no cartão de crédito, mas vai concorrer com métodos usados para pagamentos recorrentes, como boletos e Débito Direto Autorizado (DDA).

Pagamentos por recorrência com cartão de crédito representam atualmente US\$ 50 bilhões por ano no Brasil, segundo a Ebanx, que atende plataformas como Spotify e Uber. Ela estima que, desse valor, US\$ 2 bilhões migrem para o Pix Automático no primeiro ano. (Colaborou Jônatas Levi, estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

Veja que empresas aderiram

Nubank: O banco informou que o serviço ainda não está disponível, mas que está trabalhando para oferecê-los aos clientes dentro do prazo previsto pelo BC.

C6 Bank: Já iniciou os testes e prevê que o Pix Automático esteja disponível a partir do dia 16.

TIM: Oferecerá o serviço, mas ainda não tem data para sua entrada em funcionamento.

Claro: Está em fase de testes. A empresa disse trabalhar para que o sistema esteja disponível na data prevista pelo BC.

Vivo: Ainda não está disponível, mas a operadora pretende implementá-lo.

Globoplay: Integra o programa de participantes pioneiros do Pix Automático. A modalidade será implementada em fases, a partir deste mês.

Netflix: A plataforma já aderiu, mas o sistema está em versão de testes, disponível apenas para um número restrito de usuários. Será estendido aos demais aos poucos.

Sabesp: O início da operação depende de testes operacionais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Abusos fiscais geram erosão de confiança (Artigo)

Everardo Maciel

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

A histórica rejeição aos **tributos** pode ser mitigada por delicadas construções de elos de confiança e reciprocidade. A ruptura desses sensíveis elos estimula ações reativas, lícitas ou ilícitas, por parte dos contribuintes.

Políticas tributárias recentes, adotadas no Brasil, estão minando a confiança, que já não era grande, dos contribuintes.

A mais recente delas foi a elevação de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), como forma de reparar a crônica indisposição governamental de tratar do equilíbrio fiscal pela via da despesa. Não foram tomados em conta seus efeitos deletérios na economia e a natureza regulatória e não arrecadatória do imposto. Esse não é, porém, um episódio isolado.

A pretensão eleitoreira, porém politicamente irresistível, de elevar o limite da isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - PL n.º 1.087/2025 - pretextou, a título de compensação de perdas, uma esdrúxula formulação que desestrutura gravemente o imposto.

Aos argumentos contrários à compensação pretendida, que arrolei em artigo anterior, devo acrescentar uma excentricidade.

A Medida Provisória (MP) n.º 1.294/2025 elevou o limite de isenção do IRPF para R\$ 2.428, com efeitos a partir de maio passado. Em sua exposição de motivos, reconhece a decorrente perda de receitas. Faz, contudo, uma bizarra conexão com a compensação indicada naquele PL. A vinculação entre uma MP e um PL em tramitação impõe necessariamente um tratamento conjunto à matéria.

E remete ambos à compensação mediante corte de gastos e benefícios fiscais.

A Lei n.º 14.873/2024 estabeleceu a possibilidade de limitar, por ato administrativo, a então vigente compensação de créditos entre **tributos** federais, mesmo quando decorrente de decisão judicial

transitada em julgado. Restou contrastante o poder do Fisco de interditar direitos contraditórios com as sanções aplicáveis ao contribuinte que não liquidar a obrigação fiscal. Essa assimetria de tratamento agride a moralidade tributária.

As decisões, em casos de empate na segunda instância no contencioso tributário federal (**Carf**), têm sido objeto de uma legislação oscilante. A Lei n.º 14.698/2024 trouxe de volta o extinto voto de qualidade. Admitiu, todavia, a possibilidade de dispensa de multas e juros moratórios e de parcelamento, mediante requerimento do contribuinte.

À parte a inconsistência dos modelos paritários, o julgamento do litígio tributário converteu-se em ignominiosa fonte de receita, expressamente nominada nas projeções.

Essas seguidas atitudes hostis aos contribuintes desservem à paz fiscal. Confiança importa. I

Site: digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Desabafos - DESABAFO

DESABAFO

Zambelli na Itália: Dio, patria e famiglia. Arriverdecì, Brasile!

Está provado que no Brasil tudo acaba em pizza.

Abrahão F. do Nascimento - Águas Claras Perdemos uma grande arqueóloga. Niède Guidon nos deixa um enorme legado na arqueologia e paleontologia.

Wanke do Carmo - Macapá (AP) Vai surgir uma nova profissão: Coiote para Bolsonarista...

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior - Jardim Botânico Mais de 300 mil segurados procuraram agências dos Correios para saber se foram vítimas da fraude no **INSS**. E falta muita gente. Um percentual nem sabe como usar o aplicativo, que não funciona regularmente.

Leandro Lopes - Brasília O Distrito Federal tem espaço, as vias de Brasília são largas, essa história de Faixa Azul para as motos vai ser boa. Mas o pessoal que vai usar a faixa precisa se atentar à velocidade.

Thiago S. Rocha - Brasília Lamentável essa história de spray de pimenta contra os professores.

Um governo que menospreza a educação é reflexo de um país em decadência. Nós professores merecemos respeito e um salário digno da profissão que exercemos.

Marcolino Neto - Brasília Polícia investiga extorsão e coação na disputa por território em Ceilândia. O governador pode até não gostar do alerta dos EUA e tem direito de reclamar.

Mas dizer que o DF é um local seguro é forçar a barra!

Fernando J. Freitas - Asa Norte

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/06/05/all.pdf>

Três dias de greve e impasse

CARLOS SILVA MARIANA SARAIVA

No terceiro dia da greve dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, a Secretaria de Educação divulgou um memorando com orientações aos gestores escolares sobre os efeitos administrativos da paralisação, como o corte do ponto.

O documento, assinado pela secretária Hélvia Paranaguá, afirma que "a adoção tempestiva dessas providências constitui a principal proteção do gestor frente à atuação dos órgãos de fiscalização".

Também ontem, o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que julgou a greve abusiva. Para hoje, quarto dia, está prevista outra assembleia da categoria no estacionamento do Eixo Cultural Ibero-Americano (Funarte).

O memorando enviado aos gestores, baseado em nota técnica da Procuradoria-Geral do DF (PGDF), destaca que o movimento, mesmo que venha a ser considerado legal, acarreta consequências automáticas para os servidores que aderirem.

O documento cita a suspensão de direitos funcionais. "A greve, conforme o artigo 7º da Lei 7.783, de 1989, constitui hipótese de suspensão do vínculo funcional", afirma o texto, reforçando que "o servidor que aderir à greve não faz jus à remuneração pelos dias não trabalhados".

Segundo a orientação, a interrupção também afeta benefícios funcionais. "O prazo para aquisição da licença servidor deve ser interrompido para os servidores que participarem da greve", informa. Também não será contado o período de paralisação para fins de adicional por tempo de serviço.

A Secretaria ainda alerta que os dias parados serão contabilizados como faltas injustificadas.

Nessa hipótese, os gestores devem apurar possíveis infrações funcionais, como abandono de cargo ou inassiduidade habitual.

"É dever do gestor determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar na hipótese de constatação de infrações funcionais, como abandono de cargo ou inassiduidade habitual", pontua o memorando.

Recurso O Sinpro-DF ingressou com uma Reclamação Constitucional no STF pedindo a suspensão da decisão do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) que considerou a greve abusiva e impôs multa diária de R\$ 1 milhão à entidade. Para o sindicato, a medida do TJDFT atinge diretamente um direito constitucional.

"A greve é uma conquista democrática reconhecida pelo próprio STF em diversos julgados", argumenta.

Os professores querem 19,8% de reajuste salarial e reestruturação do plano de carreira, entre outros pleitos. De acordo com o Sinpro, o conjunto de reivindicações inclui o descumprimento de um acordo firmado com o GDF para regularizar os repasses previdenciários dos professores temporários ao **INSS**.

A entidade sustenta que a repressão judicial ignora o contexto da paralisação e que, conforme jurisprudência do STF, não se pode cortar o ponto de servidores quando a greve decorre de ilegalidades do Poder Público.

O sindicato também considera desproporcional a multa de R\$ 1 milhão por dia.

No pedido ao STF, o Sinpro solicita a suspensão imediata da decisão do TJDFT, o reconhecimento da conduta do GDF como motivadora da greve e o afastamento das sanções aplicadas ao movimento. "A luta da educação é, antes de tudo, a defesa da Constituição", finaliza a entidade.

Manifestação Os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal realizaram ontem um protesto em frente à Câmara Legislativa.

O objetivo foi pedir uma articulação com o governador Ibaneis Rocha (MDB). "Estamos aqui para buscar apoio dos deputados distritais, para que possam nos ajudar nessa interlocução com o governo local. Queremos sentar com o Executivo e encontrar um ponto em comum, porque ninguém deseja a greve, nem professores, nem alunos.

Todos saem prejudicados", disse o professor Ezequiel Moura, que participa da greve.

O diretor do Sinpro-DF Samuel Fernandes reiterou que a categoria vai prosseguir com a paralisação, mesmo diante da decisão judicial.

"Não é a Justiça que vai determinar o fim da greve. Da mesma forma que a assembleia dos professores decidiu iniciar a greve, ela só vai terminar também em assembleia", afirmou. "Amanhã, a gente espera ter uma assembleia lotada. Infelizmente, o fim da greve está sempre nas mãos do governo.

Não tem outra saída, precisa ter proposta", concluiu.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/05/all.pdf>

Rejeição cristalizada

NICOLAS IORY, LUÍS FELIPE AZEVEDO, RAFAELA GAMA, SÉRGIO ROXO E RENATA AGOSTINI

Após mais uma crise, a dos desvios nas aposentadorias do **INSS**, pesquisa Genial/ Quaest divulgada ontem aponta para a manutenção da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu pior patamar. Os que desaprovam o governo oscilaram de 56% em março para 57%, a maior marca desde o início da atual gestão. Já a taxa dos que aprovam o desempenho do Executivo federal variou de 41% para 40%. Hoje também há mais brasileiros que acham o atual governo "pior" que o anterior, de Jair Bolsonaro.

Em relação à avaliação de governo, trata-se de um cenário de estabilidade em relação ao de três meses atrás, considerando a margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos, mas que ajuda a prolongar um ciclo de deterioração da imagem do governo, que começou a se revelar nas pesquisas há quase um ano. São cinco rodadas seguidas de escalada do índice de desaprovação, desde julho de 2024.

A gestão Lula avalia que a crise provocada pela revelação de fraudes no **INSS** impediu uma melhora na popularidade. O entendimento no Palácio do Planalto é que havia uma recuperação, captada por pesquisas internas, que foi neutralizada com a repercussão negativa do caso, no fim de abril. Uma parcela do governo, no entanto, é mais pessimista. Três ministros do governo, que falaram sob reserva, avaliam que a manutenção do alto patamar de desaprovação reflete problemas "estruturais" e a dificuldade da gestão petista de emplacar aos olhos da população um "projeto de futuro".

Quando o ciclo de queda de popularidade teve início, eram 54% os que aprovavam a gestão Lula 3 (14 pontos percentuais a mais do que agora), e 43% os que se diziam insatisfeitos (13 pontos a menos do que hoje). A última vez que o instituto indicou haver uma maioria satisfeita com o trabalho do Planalto foi em dezembro.

PIORA ENTRE MAIS POBRES

A ligeira piora sugerida pelo novo levantamento teve participação da parcela mais pobre dos entrevistados, que ganha até dois salários mínimos por mês. Nesse núcleo, que corresponde a um terço da amostra da pesquisa e que historicamente é mais simpático a

governos do PT, a taxa de aprovação variou de 52% para 50% desde março, enquanto a desaprovação avançou de 45% para 49%.

A taxa dos que se declaram insatisfeitos com o governo também escalou entre os moradores do Sudeste (variou de 60% para 64%), do Norte e Centro-Oeste (de 52% para 55%), e os que se declaram católicos. Nesse último grupo, pela primeira vez há maioria numérica que desaprova a gestão federal (53%).

Hoje também há mais brasileiros que acham o atual governo "pior" que o de Bolsonaro. São 44% os que compartilham dessa avaliação, contra 40% que consideram a atual gestão "melhor", e 13% que veem os dois governos como "iguais". Já na comparação com as duas passagens anteriores de Lula pelo Planalto, a maior parte da população (56%) considera que o desempenho do petista está inferior agora.

O governo busca uma recuperação de imagem desde o começo do ano, quando Lula indicou o marqueteiro Sidônio Palmeira para comandar a Secretaria de Comunicação da Presidência. A tarefa, porém, foi dificultada nos meses seguintes pelas crises por conta das fraudes no **INSS** e do desgaste criado pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) -o que levou também à perda de seguidores do presidente nas redes sociais.

A pesquisa da Genial/Quaest mostra que os descontos indevidos nos benefícios pagos a aposentados e pensionistas do **INSS** tiveram alto impacto na imagem do governo. São 82% os que declararam ter ficado sabendo do caso, e 31% disseram espontaneamente que a gestão Lula é a principal responsável pelas fraudes reveladas pela Polícia Federal. Nenhum outro ator foi tão citado como culpado pelo caso (o próprio **INSS** teve só 14% das menções).

- A forte repercussão de notícias como o escândalo do **INSS** diminuiu o efeito positivo da economia e do lançamento dos novos projetos e programas do governo. O eleitor está mais difícil de ser convencido, e o governo ainda não conseguiu atender às expectativas produzidas durante a eleição. O governo está perdendo tempo - avaliou o pesquisador Felipe Nunes, CEO da Quaest, em material divulgado à imprensa.

Quando instados a atribuir uma avaliação ao governo entre "positivo", "regular" ou "negativo", 43% dos

entrevistados optaram pela pior classificação - taxa que era de 41% três meses atrás. Foram 28% os que avaliaram a gestão Lula como "regular", e 26%, como "positiva".

Lula tem cobrado de sua equipe uma defesa mais incisiva dos feitos do governo e pede pressa para lançar novos programas sociais nos próximos meses. Hoje, são 70% dos brasileiros os que avaliam que o presidente não tem conseguido cumprir suas promessas de campanha, e 45% acham que a gestão Lula 3 está "pior do que esperava".

Apesar da enxurrada de notícias negativas para o governo, há também na pesquisa resultados que trazem certo alento ao Planalto ao indicar que diminuiu a percepção de piora da economia brasileira. Recuou de 56% para 48% a taxa dos que acham que o cenário econômico se deteriorou, apesar de essa ainda ser a resposta mais frequente. Há também menos brasileiros que reclamam da alta dos preços dos alimentos (embora a queixa ainda seja comum a 79% da população), ou do aumento dos combustíveis e das contas de água e luz.

Os índices de aprovação pública do governo serão um dos fatores com peso nas discussões para formação das alianças para a eleição de 2026, quando Lula tende a buscar um quarto mandato.

PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES

O temor do brasileiro com a corrupção cresceu cinco pontos percentuais desde agosto de 2023 e repetiu o maior patamar neste governo, atingido em outubro. No levantamento de maio deste ano, 13% da população definiu o tema como a maior preocupação em relação ao Brasil atual, na esteira do escândalo do **INSS**.

O levantamento mostra que o temor com a violência lidera o ranking, correspondendo à resposta de 30% dos brasileiros. Houve uma inversão em comparação com a pesquisa de agosto de 2023, quando a maior preocupação da população (31%) era a economia - que aparece com 19% em maio deste ano, atrás de questões sociais (22%). Em seguida, aparecem os temas Saúde (10%) e Educação (6%).

O patamar atingido pelo tema violência em maio foi o maior da série histórica. Já o percentual dos que têm a economia como principal preocupação manteve a estabilidade no valor mais baixo até aqui.

A pesquisa Genial/Quaest também mostra que 60% dos brasileiros desconhecem iniciativas pensadas para a recuperação da popularidade do presidente. O levantamento sugere que tanto programas lançados recentemente pelo Planalto quanto previstos para

serem colocados em prática nos próximos meses não são reconhecidos, em média, por 40% dos entrevistados.

Entre as propostas pouco identificadas figuram a PEC da Segurança, que teve uma nova versão apresentada ao Congresso, mas foi reconhecida por apenas 28% dos entrevistados. Junto a essa proposição, as discussões de crédito para entregadores comprarem motocicletas (24%), da troca de dívidas de hospitais privados por atendimento do SUS (25%) e do programa de telemedicina ao SUS (34%) estão entre os programas menos conhecidos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MPF arquivou denúncia sobre suposta fraude de confederação

Constança Rezende/Folhapress

Instituto disse que desconhecia as irregularidades, e o caso foi encerrado

O Ministério Público Federal (MPF) arquivou, em janeiro de 2022, uma denúncia que pedia providências sobre possíveis descontos ilegais de aposentadorias de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A denúncia, obtida pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação, afirmava que o **INSS** efetuava descontos indevidos a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), sem autorização por escrito dos beneficiários.

O **INSS**, no entanto, afirmou que desconhecia as irregularidades, e a Procuradoria da República do Distrito Federal arquivou o caso, apontando falta de provas mínimas para abrir uma investigação. A decisão foi tomada pelo procurador Nery Figueiredo.

O **comunicado** do **INSS** negando a fraude foi feito pelo então chefe de gabinete da presidência do instituto, Emanuel de Araújo Dantas, por meio de uma nota da área técnica do órgão.

O documento enviado ao MPF foi assinado por Márcia Soares, que chefiava a divisão de acordos nacionais e benefícios do **INSS**. O texto relatava que não havia ciência de indícios do cometimento de irregularidades pela Contag.

A servidora também afirmou não haver registro de ocorrência dos descontos de associados sem autorização explícita dos titulares de benefícios previdenciários, até a data da nota, em 7 de dezembro de 2021.

Além disso, informou que se encontrava ativo o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o **INSS** e a Contag, com vigência até 22 de agosto de 2024, para desconto nos benefícios, mediante autorização expressa de seus associados.

O conteúdo da denúncia levada ao MPF foi mantido em sigilo. As manifestações da Procuradoria e do **INSS** não revelam detalhes das suspeitas levantadas pelo denunciante.

Após a resposta do **INSS**, o procurador da República Igor Nery Figueiredo arquivou a notícia de fato afirmando que ela era "desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração".

Em nota, a Contag disse que não praticou nem prática qualquer irregularidade no âmbito do ACT com o **INSS** e que, por isso, não tem qualquer temor com relação aos fatos sob investigação.

Márcia Soares respondeu que não foram encontrados elementos nos autos que pudessem apontar irregularidades em relação ao acordo de cooperação com a Contag.

O MPF não se pronunciou sobre o assunto. A assessoria do **INSS** não comentou "O caso específico e disse que "suspeitas de irregularidades nos descontos associativos são objeto de rigorosa apuração interna".

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Congresso Nacional subjuga o Executivo (Artigo)

Maria Clara R. M. do Prado

Maria Clara R. M. do Prado jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

Assistiu-se na última terça-feira uma demonstração cabal da significativa ascensão do Poder Legislativo no cenário político do país. O forte presidencialismo que dominou a República brasileira desde os primórdios já vinha perdendo poder, mas, se alguma dúvida existia, tomou-se patente nesta semana o enfraquecimento do Poder Executivo. Teve de capitular sem resistência às exigências e determinações do Congresso.

Diante da oposição de deputados e senadores ao decreto do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e face à urgência de encontrar meios para equilibrar receitas e despesas do orçamento deste ano, restou ao Executivo a submissão. Viu-se obrigado a negociar com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados as bases de medidas alternativas para o ajuste das contas públicas na ausência da ampliação do IOF ou, pelo menos, de parte dele.

Isso, diga-se, sem que se tenha certeza de que as idéias discutidas na reunião de terça-feira entre representantes dos dois Poderes serão aprovadas na íntegra ou sem grandes modificações pelo Congresso, ainda que passem pelo crivo dos líderes partidários no domingo.

Segundo noticiado ontem por este jornal, as alternativas em estudo pelo Ministério da Fazenda incluem medidas para conter o crescimento dos gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por meio de redução do percentual de complementação da União, que subiu de 10% para 12% em 2021, hoje está em 21% com previsão de chegar a 23% no ano que vem.

O chamado novo Fundeb, instituído por EC em agosto de 2020 e regulamentado pela Lei 14.113 de dezembro de 2020, colocou a União em uma verdadeira camisa de força com regras rígidas que obrigam à complementação de recursos para reforço dos Fundeb geridos a nível dos Estados e do Distrito Federal. Estes são formados por 20% da arrecadação

de vários **impostos** estaduais acrescidos da chamada complementação da União, equivalente a no mínimo 23% do total de recursos alocados pelos Fundeb dos Estados e DF. O piso mínimo de 23% seria atingido em 2026 e se fixaria nesse nível como participação obrigatória da União para os anos seguintes.

As regras do Fundeb, complicadíssimas, não dão fresco ao governo federal. A Lei 14.113 diz no parágrafo 4o do artigo 4--justamente aquele que trata da complementação de recursos da União - que "o não cumprimento do disposto neste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente". O tamanho do gasto é expressivo: R\$ 58,8 bilhões neste ano.

Além disso, o governo contaria com um corte na concessão de benefícios tributários que funcionam como "incentivo fiscal" à atuação de diversos setores. Estima-se em R\$ 800 bilhões o déficit de arrecadação com esses benefícios em 2025, mas claro que um eventual ganho dependerá do nível do corte e dos setores a serem atingidos.

Não se deve descartar a manutenção de algum aumento do IOF, tendo em vista a necessidade urgente de cobertura do déficit fiscal. O imposto, em si, não é relevante. Sua participação no total da arrecadação federal foi de apenas 2,67% em 2024. Não é um imposto com característica arrecadatória, mas tem a grande vantagem de ser facilmente instituído, com validade para o mesmo ano fiscal.

Tudo isso, no entanto, continua no ar. São pretensões do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Se aprovadas, poderão deixá-lo mais animado na tarefa de esquadrihar soluções fiscais em conjunto com o Congresso Nacional. A reação ao aqodamento com a divulgação do decreto do IOF, cujo texto original continua em vigor, deve servir de alerta ao ministro diante da crescente ingerência do Legislativo nos temas tributários e nos gastos do orçamento.

A nova realidade se impõe há pelo menos oito anos quando os parlamentares descobriram uma mina de ouro chamada de emendas parlamentares. Para se ter uma ideia do valor desse tesouro, basta comparar a evolução dos RS 10,8 bilhões de emendas - individuais e de bancada - empenhadas em 2017 com os R\$ 44,9 bilhões empenhados em 2024, no total de

R\$ 53 bilhões de emendas aprovadas.

Site: VALOR.globo.com/impresso/

Para 2025, o orçamento prevê R\$ 24,6 bilhões de emendas individuais, R\$ 14,3 bilhões de emendas de bancada estadual e R\$ 11,5 bilhões de emendas de comissão, além de R\$ 8,2 bilhões de emendas de comissão e de bancada com identificador genérico que a Transparência Brasil tem chamado de "emendas de comissão paralelas". No total, o valor para este ano é de R\$ 58,6 bilhões, mas ninguém ouviu falar na disposição dos parlamentares de reduzirem o montante alocado nas emendas para ajudar na execução do orçamento.

Há dois pontos a considerar. Primeiro, a dependência do Executivo ao Legislativo não tende a diminuir, pelo contrário, sabendo-se que isso nada tem a ver com o governo A, B ou C que estiver alojado no Palácio do Planalto. Segundo, sempre que se tratar do comportamento fiscal do governo federal não se pode ignorar a responsabilidade do Congresso nos resultados das contas públicas do país.

Vale comentar a respeito de outras propostas que circularam esta semana no meio parlamentar e no meio financeiro, no sentido de funcionarem como alternativa ao decreto do IOF.

A reforma administrativa ganhou certo destaque. Teria, de fato, o mérito de reorganizar o funcionamento do setor público federal, tomando-o mais racional e, talvez, mais eficaz, mas não daria contribuição significativa ao orçamento na ponta dos gastos. Se alguém pensa que uma reforma administrativa resultaria em redução das despesas com os vencimentos dos funcionários públicos, pode desconsiderar. Os salários pagos pelo governo estão protegidos pela figura do direito adquirido.

Outra sugestão passou pela eliminação do reajuste real no valor do salário mínimo, algo que poderia sem dúvida render um bom dinheiro para o orçamento, mas que significaria aprofundar a discrepância entre os níveis de renda enraizada há séculos na sociedade brasileira. Seria como beneficiar gente com poder de dar voz aos seus interesses, no caso o pessoal que tem reclamado do aumento do IOF, em detrimento de gente sem voz que depende de apoio do Estado para sobreviver dignamente. Há um importante trade-off ali do ponto de vista não apenas social, mas também econômico que não pode ser omitido do debate em tomo da busca de soluções para um ajuste fiscal mais expressivo e duradouro.

Nova realidade se impõe há pelo menos 8 anos quando se descobriu uma mina de ouro chamada de emendas parlamentares

Entes regionais superam a União em gasto primário e impulso fiscal

Marta Watanabe De São Paulo

De 2019 a 2024 a média trimestral dos gastos primários do governo federal aumentou 5%, de R\$ 484 bilhões para R\$ 508,2 bilhões, já descontada a **inflação**. A despesa primária total de Estados e municípios, que em 2019 tinha média trimestral comparável ao da União, de R\$ 510,3 bilhões, disparou para R\$ 645 bilhões em 2024, com alta real de 26,4%. O impulso fiscal dos gastos dos governos regionais chegou em 2024 a R\$ 194 bilhões, equivalente a praticamente metade dos R\$ 406 bilhões de variação real do **PIB** de 2023 para 2024. O efeito veio dessincronizado da política fiscal da União, que desacelerou gastos ao longo de 2024, após elevar despesas em 2023.

A alta nos gastos de Estados e municípios vem sendo sustentada principalmente por aumento nas transferências de recursos da União. Uma "descentralização fiscal silenciosa" tem contribuído para deterioração do resultado primário da União e para descoordenação entre a política fiscal e monetária e entre a política pública federal e a dos governos regionais. Os cálculos e análises são de estudo de Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"A União pode tentar política fiscal mais neutra em relação ao ciclo ou até meio anticíclica, mas os governos regionais estão gerando estímulo. Isso atrapalha o ponto de rolagem da dívida pública, majoritariamente federal. O equilíbrio macroeconômico é mim", diz Borges. "O nível de gastos dos regionais ficou gritante no segundo semestre de 2024, quando a União apresentou medidas de ajuste e seu gasto contraiu. O movimento não foi acompanhado por Estados e municípios", diz Pires.

Baseado em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, o estudo mostra aumento de despesas primárias dos subnacionais em 2020 a partir do segundo semestre de 2021. A despesa primária média trimestral deles sai de R\$ 491 bilhões em 2021 para R\$ 645 bilhões em 2024, com alta de 31,3%. Na União o aumento foi de 13,7%. Sempre com ajuste sazonal e em valores do último trimestre de 2024, pelo deflator do **PIB**.

A União, compara Pires, elevou gastos em 2020, na pandemia. Isso passou por ajuste. Em 2023 as despesas subiram com a chamada Emenda da Transição (EC 126/22) e, ao fim do ano, houve pagamento extraordinário de precatórios. Em 2024, lembra, a União inicia processo de ajuste e reduz despesas. "Em 2025 esses gastos serão um pouco menores, provavelmente, caminhando para normalização do nível de 2022. Isso não deve acontecer nos Estados e municípios." Nos regionais, o gasto primário médio trimestral em 2024 cresceu 7,7% ante média de 2023 e o da União caiu 0,1%.

Foram considerados entre os gastos dos regionais não somente as transferências constitucionais da União, de repartição de receita - Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repasse de IPI -, como também valores que, apesar de integrarem as despesas primárias da União, são repasses de recursos executados por Estados e municípios. Entre eles, Fun-deb, Lei Kandir, emendas Pix, Fundo Constitucional para o Distrito Federal.

Nos gastos dos regionais, Pires destaca os investimentos. Pelo estudo, em 2021 os subnacionais investiram R\$ 29 bilhões na média trimestral. Em 2024 a média quase dobrou, para R\$ 57,6 bilhões. Chegou ao pico de R\$ 63,2 bilhões no segundo trimestre de 2024. O investimento direto da União, livre das transferências, é muito menor, diz Pires. Cresceu de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 9,2 bilhões na média trimestral de 2021 para 2024.

Outro destaque é em "outras despesas", diz. Esse gasto dos regionais, mostra o estudo, cresceu de média trimestral de R\$ 152,3 bilhões em 2021 para R\$ 216,6 bilhões em 2024, com alta de 42%. Pelo estudo, a despesa de pessoal, que representa cerca de 40% do gasto primário total dos regionais, subiu, mas a taxa menor, de 20,6% em igual período e critério.

"Nos regionais o gasto cresce concentrado em investimento e políticas públicas diretas, principalmente em saúde, educação e segurança pública", diz. Na União, compara, investimentos e despesas com pessoal não crescem, mas sobe o gasto com Previdência e benefícios assistenciais.

Entre os regionais, salienta Pires, no período mais recente os gastos municipais ultrapassaram os

estaduais. "Historicamente, os Estados gastavam mais que os municípios. Quando começa o novo ciclo fiscal em 2021, ambos crescem, mas a partir de 2023 os municípios começam a crescer e sustentam o processo de crescimento."

Pelo estudo, nos anos 2010 cerca de 55% dos gastos dos governos regionais eram dos Estados. A fatia caiu para 51% em 2022 e para 48% em 2024. Para Borges, é possível que o avanço dos municípios esteja relacionado ao ciclo político, com as eleições de prefeitos em 2024. A elevação do investimento bruto é um indicativo disso. Em 2024, diz, esse gasto nas prefeituras foi 52% maior do que em 2022, já descontada a **inflação**. Pires ressalta também que há tendência gradual de maior peso dos municípios na federação. Isso se expressa no aumento da cota do FPM ao longo dos últimos anos, além do Fundeb e das emendas Pix.

Com baixa capacidade de endividamento, os regionais dependem da alta de receitas para elevar despesas, explica Pires. A alta de receitas começou na pandemia, quando as transferências federais, dada a incerteza, superaram o necessário, diz. "A União entregou quase 1% do **PIB** de suporte aos regionais em 2020 e a receita própria deles caiu 0,3% do **PIB**. O excesso virou aumento de caixa", diz Borges.

Ao lado da expansão das transferências, isso elevou a receita dos subnacionais, parâmetro fundamental para a concessão de crédito hoje, observa Pires. Em 2024 foram R\$ 41,2 bilhões em garantias concedidas aos regionais, contra R\$ 28,3 bilhões em 2023 e R\$ 7,6 bilhões em 2022. "A melhora cíclica e a descentralização fiscal abrem espaço ao endividamento. O sistema poderia ser rediscutido para ser menos suscetível a esses fatores."

Depois da pandemia, diz Pires, com o debate da **reforma tributária**, os Estados começaram, em 2023, a elevar o ICMS porque a distribuição de recursos com a reforma considerará a média da arrecadação. O crescimento da economia, elenca, também favoreceu as receitas. Além disso, o ajuste fiscal da União, focado em receitas, eleva a arrecadação dividida via FPE e FPM com Estados e municípios, o que já se liga ao processo de descentralização fiscal, aponta Pires.

Cálculos de Borges mostram que na média de 2006 a 2010, a arrecadação bruta federal foi equivalente a 22,8% do **PIB**. Nesse período, as transferências da União aos regionais via repartição de receitas foi em média de 3,72% do **PIB**. A receita líquida, portanto, foi de 19,1% do **PIB** (22,8 menos 3,72).

Em 2024 a arrecadação federal também foi de 22,8% do **PIB**, mas a receita líquida caiu para 18,41% do

PIB, porque as transferências via repartição subiram para 4,4%. A despesa primária, também da média de 2006-2010 a 2024, cresceu de 17,2% do **PIB** para 18,8% do **PIB**. Uma alta de 1,6 p.p. do **PIB**, observa Borges, do qual 0,29 p.p. foi aumento de transferências aos regionais que integram o gasto primário federal. Outro 0,28 p.p. foi de emendas parlamentares, exceto Pix.

O aumento do total das transferências da União em 2024, contra a média de 2006 a 2010, ressalta Pires, foi de 0,97 p.p. do **PIB**, reunindo repartição de receitas (0,68 p.p. do **PIB**) e repasses da despesa primária (0,29 p.p. do **PIB**). "Praticamente 1 % do **PIB** em receitas a mais para Estados e municípios. É o que a União perde de recursos dela e que é transferido de forma compulsória aos regionais. "

"Num cenário contrafactual, sem esse aumento, o resultado primário da União poderia ser quase 1 p.p. do **PIB** maior em 2024. Sairia de déficit para superávit, mesmo em bases recorrentes [que expurga efeitos de eventos atípicos ", diz Borges. "Na comparação com a média de 2006 a 2010, cerca de 40% da deterioração do primário de 2024 se deve à descentralização fiscal." O superávit médio recorrente da União entre 2006 e 2010, calcula, foi de 1,52% do **PIB**. O déficit de 2024 foi calculado em 0,93% do **PIB**. A deterioração entre os períodos foi de 2,45 p.p. do **PIB** (-0,93 menos 1,52). Pelo resultado estrutural, que expurga efeitos de eventos extraordinários e também cíclicos, o superávit médio entre 2006 e 2010 foi de 1,3% do **PIB**, e o déficit de 2024, de 1%, calcula. A piora de resultado foi, portanto, de 2,3 p.p. do **PIB** (-1 menos 1,3)

No intervalo de 2006 a 2010, escolhido para comparação, lembra Borges, o Brasil sustentou superávits primários elevados, chegou ao grau de investimento e a relação dívida/**PIB** caiu. No período imediatamente anterior, de 1999 a 2004, observa, o país passou por aumento de carga tributária.

Pelo estudo, o total de transferências da União aos regionais - considerando repartições de receita, inclusive royalties do petróleo, e gasto primário - cresceu do fim dos anos 1990 a 2010, estabilizou de 2011 a 2017 e voltou a subir desde 2019. Em 2024, chegou a R\$ 595,7 bilhões, valor 5% maior que o de 2023 e 58% maior que os R\$ 376,7 bilhões médios de 2011 a 2017. A média de 2019 a 2024 foi de R\$ 516 bilhões, sempre em dados constantes de dezembro de 2024.

Pires considera emblemático o repasse do Fundeb, que era de 0,2% do **PIB** até 2020, alcançou 0,4% do **PIB** em 2024 e deve chegar a 0,5% do **PIB** em 2026. "Além do Fundeb, outras medidas já contratadas vão perpetuar ou alongar a descentralização fiscal", diz.

Um deles é o Propag, programa de renegociação de dívidas que deve permitir aos Estados ampliar gastos. Além disso, o fundo de desenvolvimento regional da **reforma tributária** terá aportes da União que começam com R\$ 8 bilhões em 2029 e chegam a R\$ 60 bilhões em 2043.

Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP, diz que a nova distribuição de recursos do Fundeb teve como objetivo a redução de desigualdades, o que é positivo. "Houve um bolo de recursos a mais a Estados e municípios por vários fatores. A questão é como os recursos são aplicados. Nos recursos de capital vindo de emendas ou de operações de crédito, há plano para os gastos de custeio que decorrem dos investimentos? Muitos municípios receberam mais recursos de emendas do que sua capacidade de gerar receita própria."

Cálculos de Borges mostram desafios macroeconômicos. Em 2024, diz, a variação real do **PIB** ante 2003 foi R\$ 406 bilhões, em termos constantes. O impulso fiscal do gasto dos governos regionais foi de quase metade disso (R\$ 194 bilhões) e o do gasto da União, de R\$ 31 bilhões. Em 2023 o delta real do **PIB** foi de R\$ 375 bilhões, com impulso fiscal de R\$ 151 bilhões dos regionais e de R\$ 233 bilhões da União. Em 2022, houve crescimento real de R\$ 339 bilhões do **PIB**, com estímulo de R\$ 338 bilhões dos subnacionais e de R\$ 84 bilhões da União.

Pires lembra que em 2023 houve liberação federal de R\$ 93 bilhões em precatórios ao fim do ano, com impacto econômico em 2024. "Parte do impulso da União calculado para 2023 se deu em 2024, na verdade. Feito esse ajuste, nos últimos três anos o gasto regional foi o fator principal de estímulo fiscal da atividade econômica." Isso, diz, mostra dificuldade de coordenação macroeconômica. "A capacidade da União de fazer ajuste que possa desacelerar a atividade e ajudar o BC a controlar a **inflação** é muito menor hoje do que era há cinco ou seis anos." O cálculo do impulso considerou multiplicadores conforme o gasto, explica Borges. "Óbvio que o efeito da política fiscal não é só via gastos. Uma alta de carga tributária, por exemplo, tira **PIB**. Isso não está na conta."

Numa federação ideal, diz Pires, o sistema tributário tem que ser eficiente, concentrado, mas os governos locais é que conhecem a demanda local, diz. "É preciso algum grau de transferência. A questão é o ponto ideal da centralização no sistema tributário e da descentralização do gasto. A descentralização fiscal eleva risco de crise fiscal porque quem gasta não se preocupa com questões macroeconômicas. Isso pode elevar o risco moral. Quem gasta não arrecada e a

conta vai para quem arrecada."

Uma preocupação é que os processos de descentralização fiscal vêm com desarranjos políticos, diz Pires. "Piora na qualidade institucional e crise econômica levam a uma espécie de arrependimento da descentralização. Mas é difícil voltar atrás. Então, ou se discute a federação ou se eleva a carga para empoderar a União. Na nossa história recente, sempre houve aumento de carga." Para Pires, não dá pra imaginar desfecho atual aumentando carga. "A sociedade hoje é muito reativa a isso. Mas é difícil rediscutir a federação para centralizar recursos já distribuídos. Nunca vimos isso acontecer."

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, é preciso começar a debater e colocar "lupa" para Estados e municípios. "Nossa institucionalidade permite crer que com mais repasses há gestão melhor de receitas? Precisamos entender isso."

Para Pires, é preciso buscar um processo de descentralização fiscal com aumento da capacidade de cooperação federativa, mas com ampliação da supervisão federal, fortalecendo órgãos de controle, criando fundos de poupança para fazer com que Estados sejam menos sujeitos à crise.

"Há uma descentralização mal feita e que teve ponto de partida ruim, mas é preciso lembrar que o Executivo federal também tem responsabilidade nisso", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos. Para ele, uma descentralização não pode ser discutida sem mudança na estrutura atual dos tribunais de contas de Estados e municípios. "São órgãos que deveriam ser o fórum de controle da aplicação de recursos públicos, mas estão capturados em razão de indicações políticas. Os tribunais nem sequer conseguiram harmonizar a contabilização estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que já tem 25 anos." Para Dias Peres, não só União como também os Estados devem se envolver na coordenação. "Há 3,8 mil municípios [do total de 5,6 mil prefeituras do país] muito pequenos, com limitação para planejar, controlar e prestar contas."

Até agora, a descentralização, avalia Pires, tem gerado fragmentação, maior dificuldade da União para organizar política pública e coordenar ações, além de muita rivalidade entre os entes. "Há casos emblemáticos da falta de coordenação. A União fez o Propag, com grandes benefícios na renegociação de dívidas e contrapartidas frágeis. Mesmo assim muitos Estados estão reclamando. A União nem sequer consegue ter algum tipo de apoio político na aprovação de um benefício grande."

"A União entregou quase 1% do **PIB** de suporte aos

regionais em 2020 e a receita própria deles caiu 0,3%
do **PIB**"

Bráulio Borges

"Além do Fundeb, outras medidas já contratadas vão
perpetuar ou alongar a descentralização fiscal"

Manoel Pires

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Entes regionais superam a União em gasto primário e impulso fiscal

Site: VALOR.globo.com/impreso/

Nem sem nem com - WILLIAM WAACK

WILLIAM WAACK

Se ainda há estrategistas no que sobrou do antigo Estado-Maior do PT, o dilema é monumental. Não dá para encarar as próximas eleições sem Lula. E se avolumam evidências de que também não dá para encarar com ele.

A questão principal não são números de economia que possam se transformar em índices de popularidade. Ou consigam compensar o efeito negativo de escândalos de corrupção acompanhados de aumento de **impostos**.

A figura de Lula é a desse dilema provavelmente sem solução.

Ele está sendo alcançado pelo que é inexorável na condição humana, visível para eleitores que tomam decisões muito mais a partir de percepções subjetivas diretas do que por "números".

Mesmo segmentos do eleitorado até aqui "cativos" mudaram muito, basta ver o avanço dos evangélicos. E a distância de Lula para esses setores aumentou.

Quando Lula passa a falar muito em Deus, soa desconexo.

Há outro problema, objetivo e direto, pelo qual Lula é o principal responsável. Ele não conseguiu firmar um "movimento de massas" ao qual pudesse designar um sucessor. Simplesmente não há no PT, que está longe de ser movimento de massas, qualquer quadro razoavelmente pronto para assumir seu lugar.

Fato agravado pela ausência de um legado a ser defendido e ou administrado. O nacional-desenvolvimentismo que poderia ser visto como "doutrina" do lulopetismo tem várias vertentes espalhadas pelo espectro político - inclusive em forças "de direita" que se opõem ferozmente a Lula. Idem para componentes políticos iliberais.

Também o famoso "gasto é vida", a base da política fiscal, se amplia por gordas fatias do Centrão. Parte da sobrevivência de um governo medíocre como o de Lula se explica pela sua participação num "consórcio" gastador composto por um Legislativo sempre apreciador de benesses sociais e um Judiciário cujo corporativismo está fora de controles efetivos.

Renúncias fiscais (incluindo subsídios e regimes

especiais de proteção) e expansão de gastos públicos são um consenso social no Brasil, do qual Lula é apenas uma das expressões. Em outras palavras, Lula não exhibe mais apelos genuinamente próprios e passou a ser uma sombra de si mesmo ao tentar convencer o eleitor de que possui as chaves para um futuro melhor.

Seu governo notoriamente desarticulado é a consequência disso. Não se pode falar de "bate-cabeças" no Planalto, pois ali só existe uma, com uma capacidade decrescente de leitura dos fatos da realidade política - especialmente a perda de poder relativo do Executivo.

E uma soberba igualmente dissociada da sua verdadeira estatura, dentro e fora do País. I

Notícias Relacionadas:

JORNAL DE BRASÍLIA - DF
Nem sem nem com

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Promessa descumprida - NOTAS E INFORMAÇÕES

Há pouco mais de um ano, este jornal elogiou o plano apresentado pelo governador Tarcísio de Freitas com vista à modernização da administração pública, expansão dos investimentos, melhoria do gasto público e redução das despesas correntes.

Batizado de "São Paulo na Direção Certa", o programa tinha a óbvia intenção de contrapor a administração do Estado à do governo Lula da Silva, que, menos de um ano após a aprovação de um novo arcabouço fiscal, já havia modificado as metas fiscais de 2025 e 2026 para gastar mais. Subentende-se que o País, segundo Tarcísio, estava no caminho errado, e que São Paulo, em contrapartida, poderia servir de "exemplo para o Brasil". Palavras do governador.

A principal e mais audaciosa meta do plano dizia respeito à revisão dos benefícios fiscais. Ao final de 2024, o governo estadual anunciou que um terço dos subsídios que haviam vencido naquele ano não seria renovado.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, muitos deles existiam havia décadas, resultado de "sobreposições e anacronismos". Entre os subsídios que foram cortados estavam os que conferiam tratamento diferenciado para cavalos purosangue, mudas de seringueira, ostras e vieiras, entre outros.

Foram mantidos, no entanto, os concedidos a alimentos, bares e restaurantes.

Parecia promissor, mas falar é sempre mais fácil do que fazer. Ao contrário do que o governador prometeu, os incentivos fiscais concedidos pelo Estado vão aumentar 19% em 2026 na comparação com este ano. Em pleno ano eleitoral, o Estado deixará de arrecadar nada menos do que R\$ 78,7 bilhões em desonerações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Poderia ser pior, destacou a Secretaria da Fazenda. Se todos os benefícios tivessem sido prorrogados, a renúncia fiscal projetada para o ano que vem seria de R\$ 88,26 bilhões.

Cada real que o governo estadual abre mão de receber resulta em menos dinheiro para os cofres paulistas.

Segundo a LDO, as receitas totais previstas para o ano que vem devem cair 0,5%, ou R\$ 1,6 bilhão, enquanto as receitas primárias, que englobam **impostos** e taxas, devem aumentar 0,7%, ou R\$ 2,3 bilhões. São números relevantes, mas muito inferiores à projeção de renúncia fiscal do ano que vem.

Para o governador, paradoxalmente, a culpa pelo fato de seu plano não ter saído como o planejado é, ora vejam, de Lula da Silva. Segundo informou o Estadão, ele responsabiliza a política fiscal do governo, que obriga o Banco Central a manter a taxa básica de juros em patamar elevado, desestimula a atividade econômica paulista e freia o crescimento das receitas.

Bem se sabe que não é trivial rever benefícios fiscais, haja vista os vaivéns do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nessa seara e a baixíssima receptividade que essas propostas têm no Congresso. Mas Tarcísio, diferentemente de Lula, conta com amplo apoio na Assembleia Legislativa. São situações politicamente incomparáveis. Se os benefícios fiscais em São Paulo continuaram a subir a despeito disso, a responsabilidade é, em última instância, do governador do Estado. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TIT segue STF e livra contribuinte de ICMS

Uma fabricante de eletroeletrônicos conseguiu, na Câmara Superior do Tribunal de **Impostos** e Taxas (TTT) de São Paulo, derrubar cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre filial em São Paulo e a matriz em Manaus. Os juizes aplicaram a modulação de efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o fim da exigência do imposto estadual nas operações, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte, a partir do ano de 2024 (ADC 49).

No caso, a fabricante foi autuada por erro na aplicação da alíquota interestadual do ICMS em transferências aos Estados do Amazonas e Minas Gerais. Adotou 4%, com base na Resolução nº 13, de 2012, do Senado Federal, para operações com mercadorias importadas. Para a fiscalização, porém, o tributo deveria ser calculado às alíquotas de 7% ou 12% - para saídas com destino aos Estados do Amazonas e Minas Gerais, respectivamente.

Na Câmara Superior do TIT, apesar de ter recolhido o imposto estadual, o contribuinte defendeu a aplicação do precedente do Supremo. Em 2021, os ministros declararam inconstitucional a cobrança do

"Chama a atenção a dificuldade do tribunal para seguir a jurisprudência" Eduardo Salusse

ICMS na transferência de mercadorias, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte e, dois anos depois, modularam os efeitos da decisão.

Pela modulação, o entendimento vale a partir do exercício financeiro de 2024, exceto para processos administrativos ou judiciais pendentes de julgamento até 29 de abril de 2021, data da publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 - o que incluiria o caso da fabricante de eletroeletrônicos.

Na decisão, o relator do caso, Carlos Américo Domeneghetti Ba-dia, destaca que "a ressalva da aplicabilidade imediata para os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito se amolda ao caso presente, já que o AIIM [Auto de Infração e Imposição de Multa] foi lavrado em 9 de dezembro de 2019 e até o momento não foi definitivamente avaliado".

O relator, em seu voto, acolheu parcialmente o recurso do contribuinte. Levou em consideração que nem

todas as operações impugnadas se deram entre estabelecimentos da fabricante de eletroeletrônicos. Haveria remessas ao Estado de Minas Gerais, para clientes. "Correta a cobrança da diferença apurada entre essas alíquotas e as aplicadas nos documentos fiscais emitidos pela autuada", diz ele no voto, limitando, porém, os juros sobre a cobrança aos patamares da Selic.

A defesa do contribuinte pretende recorrer ao Judiciário para manter a alíquota de ICMS aplicada. De acordo com o advogado Pedro De-martini, do Souto Corrêa Advogados, há como comprovar, a partir de documentos da época, que os requisitos para a adoção do percentual de 4% foram cumpridos. Pela Resolução nº 13, de 2012, do Senado, a alíquota de 4% não vale para bens e mercadorias importados que não tenham similar nacional.

"Apesar da vitória quanto à aplicação da ADC 49 ao caso, o Fisco considerou erroneamente que as mercadorias não têm similar nacional e, no Judiciário, será possível comprovarmos que a alíquota aplicada condiz com os produtos", afirma.

Para Caio Cesar Nader Quintel-la, sócio de Nader Quintella Advogados, a decisão da Câmara Superior do TIT "é um excelente precedente, acertado, que mostra de maneira exemplar a integração entre o controle concentrado do Poder Judiciário e os tribunais administrativos".

"Não existe outro melhor meio e nem menos oneroso do que a utilização do processo administrativo tributário para reduzir o contencioso antes mesmo de chegar ao Poder Judiciário", diz o advogado.

O que chama a atenção, segundo Eduardo Salusse, sócio do Salusse Marangoni Parente e Jabur Advogados, é a dificuldade do tribunal administrativo para seguir a jurisprudência pacificada no Judiciário. "Esse tema já havia sido definido por meio da Súmula 166 do Superior Tribunal de Justiça, em 1996, embora não possuísse efeitos vinculantes, até por ter sido expedida em época de vigência do Código de Processo Civil anterior", diz o tributarista.

Salusse afirma que há vários exemplos dessa postura, como esse caso específico e também da inconstitucionalidade da cobrança de juros acima da taxa Selic. "A própria Procuradoria Geral do Estado expediu normas dispensando a contestação ou apresentação de recursos em processos judiciais sobre esses

temas, haja vista terem sido pacificados no Judiciário", diz. "Mas, mesmo assim, os tribunais administrativos insistiram em contrariar o entendimento por muitos anos, mantendo os autos de infração."

Ele lembra que os casos envolvendo a transferência de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte estavam represados no TIT e somente agora decidiu-se aplicar o tema da ADC 49. "O controle de legalidade pelos tribunais administrativos é essencial para uma jurisdição mais célere e efetiva."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188223?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188223?page=2§ion=4)**

IA se torna aliada dos pequenos negócios em Minas

MARA BIANCHETTI, Editora

A inteligência artificial veio para ficar. E, em um mundo cada vez mais conectado e digital, a ferramenta - assunto número um em redes sociais, noticiários e rodas profissionais e de amigos - já começa a impactar a competitividade dos negócios. Seja otimizando processos, melhorando decisões ou ampliando oportunidades, ela permite automatizar tarefas repetitivas, personalizar a experiência dos clientes e até mesmo prever tendências de mercado, impulsionando a eficiência e a competitividade das empresas.

Sempre à frente dessas tendências, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) já oferece, no âmbito do Sebraetec - programa de consultorias em inovação, com soluções sob medida e atendimento personalizado -, um produto voltado a empreendedores que desejam aplicar a inteligência artificial em seus negócios. Trata-se do "Impulsionando a Presença Digital com IA" que, além de apresentar conhecimentos sobre IA deliberativa e generativa, oferece atividades práticas com ferramentas populares para aplicação personalizada.

Quem explica é a consultora do Sebrae Minas, Katharina Lacerda. Segundo ela, a consultoria começa com uma etapa de nivelamento sobre as principais ferramentas - como ChatGPT, Perplexity, Gemini e Microsoft Copilot - e, em seguida, parte para um trabalho focado na principal dor de cada negócio, seja na área de vendas, marketing ou gestão.

"A maioria dos empresários encara a inteligência artificial com medo. Eles acham que é um bicho de sete cabeças, coisa de outro mundo. Mas o estranhamento inicial costuma dar lugar ao entusiasmo à medida que os empreendedores percebem o quanto a tecnologia pode otimizar processos. É como se fossem descobrindo um novo mundo", afirma.

E, de fato, estão.

Um dos principais pontos de entrada tem sido o marketing digital. Katharina Lacerda conta que, nessa área, uma das grandes dores do pequeno empresário é a produção de conteúdo.

"Muitas vezes, o dono de uma padaria, por exemplo, precisa lidar com produção, estoque, atendimento, **impostos**, e ainda arrumar tempo para fazer postagens diárias.

Com esse tipo de ferramenta gratuita, isso ficou mais fácil. Há empresários que levavam mais de uma hora para fazer um post com pouquíssimo alcance. Hoje, com um bom comando, conseguem roteiro de vídeo, sequência de stories e publicações altamente engajáveis", diz.

E o resultado não poderia ser outro senão o desejo de utilizar a ferramenta também em outras áreas da empresa. Assim, o que se vê, na prática, são participantes interessados em usar a IA na gestão, no controle de estoques e até mesmo no treinamento de funcionários.

Mas a consultora reforça que o uso eficaz da tecnologia depende de um bom direcionamento.

"A inteligência artificial potencializa a inteligência humana. Sozinha, ela não faz nada. Se o empresário não souber o que pedir, vai receber respostas vagas, mais do mesmo", alerta. Por isso, o Sebrae também atua no desenvolvimento de aspectos estratégicos do negócio, como persona, branding e linha editorial.

A empresária Mirella Galvão, do setor de serigrafia, é um dos exemplos citados pela consultora. "Ela fez o planejamento estratégico de 2025 com o apoio da IA. Conseguiu realizar análises de concorrência e de tendências de mercado, tudo com base em sua realidade e com muito mais agilidade", conta.

De fato. A proprietária e diretora da Silksmig, empresa com quase 60 anos de mercado, afirma que não consegue mais imaginar sua rotina de trabalho sem o apoio da inteligência artificial. Está à frente do negócio como representante da segunda geração e buscou o suporte do Sebrae para aprimorar seus conhecimentos, especialmente em relação aos avanços tecnológicos.

"Utilizo a IA para acelerar tarefas, analisar dados com mais precisão e tomar decisões com mais segurança. A ferramenta está presente em várias frentes do meu dia a dia e tem sido uma aliada poderosa, tanto na estratégia quanto na execução. Mas vai além do

operacional: tem um lado até divertido - parece que adivinha o que estou pensando!

Ajuda-me a criar textos com diferentes estilos, propõe ideias de conteúdo, temas estratégicos e até dá aquele empurrãozinho criativo quando preciso comunicar algo com clareza e personalidade." %

"O estranhamento inicial costuma dar lugar ao entusiasmo à medida que os empreendedores percebem o quanto a tecnologia pode otimizar processos"

Katharina Lacerda

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

Alta taxa do PIB no 1º tri, mas menores à frente (Artigo)

Roberto Macedo

O Produto Interno Bruto (**PIB**) da economia brasileira subiu 1,4% no primeiro trimestre deste ano, relativamente ao 4.º trimestre de 2024, segundo o último relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o assunto, divulgado na manhã de sexta-feira passada, dia 30/5. Esse resultado foi muito influenciado pelo crescimento do setor agropecuário, a uma taxa trimestral bem alta, de 12,2%. A soja já representa 50% da produção de grãos. Os serviços de informação e comunicação cresceram 3% e a indústria extrativa, 2,1%. Os serviços de transporte, armazenagem e correio, o setor de construção e a indústria de transformação caíram -0,6%, -0,8% e -1,0%, respectivamente.

E oito setores não listados cresceram entre 2,5% e 0,1%, a maioria (cinco) com taxas abaixo de 1%.

Vários desses setores com menores taxas foram também afetados negativamente pelas altas taxas de juros, com a taxa básica historicamente alta e atualmente em 14,75% ao ano, tendo fechado o 1.º trimestre em 14,25%, e segue sem perspectivas de queda, uma vez que a **inflação** ainda não deu sinais claros de um recuo mais forte. A exemplo de 2023, quando o **PIB** também cresceu muito e empurrado pelo setor agropecuário no 1.º trimestre, o mais provável é que esse setor tenha também um desempenho negativo nos três trimestres até o fim deste ano. Naquele ano de 2023, seus índices de produção trimestral do mesmo setor, fazendo 1995=100, foram 359, 323, 248 e 156 do 1.º ao 4.º trimestre do ano, respectivamente, conforme o mesmo levantamento do IBGE.

Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1%; o do governo, 0,1%; e a Formação Bruta de Capital Fixo, os investimentos, subiram 3,1%, este um bom resultado, mas, sendo um resultado trimestral, contribuiu menos para a taxa anual de investimento, que passou de 16,7% no 1.º trimestre de 2024 para 17,8% no 1.º trimestre de 2025, permanecendo, assim, ainda baixa, pois deveria ser de pelo menos 20% e, idealmente, próxima de 25% do **PIB**. Ademais, as exportações cresceram 2,9% no trimestre, mas as importações cresceram 5,9%, estes dois resultados enfraquecendo o **PIB**.

Ou seja, bom mesmo foi o resultado do agronegócio, mas ele é sazonal e deve cair no resto do ano. Neste contexto, o Boletim Focus, que levanta as expectativas de analistas do mercado financeiro sobre esse e outros assuntos, na sua edição da mesma sexta-feira, publicada na segunda-feira seguinte, reduziu sua previsão do **PIB** de 2,14% para 2,13%, numa variação insignificante, mas na semana anterior já havia aumentado de 2,00% para 2,14%, pois já se sabia da vinda de um alto produto agrícola no 1.º trimestre. Para 2026, está prevendo 1,8%, e 2,0% nos dois anos seguintes. Essa desaceleração do **PIB**, embora tida como mais provável, não é uma unanimidade.

No plano internacional, há também as incertezas trazidas pelas tarifas de importação de Donald Trump. Um de seus últimos movimentos ousados foi aumentar as tarifas sobre o ferro e o aço de 25% para 50%, o que prejudicará muito o Brasil, que é um dos maiores exportadores desses produtos para os EUA.

Outro elemento de muita incerteza no horizonte é a situação política do presidente Lula. Sua abalada capacidade de transitar no Congresso Nacional medidas de seu interesse, como a elevação do IOF, a redução da conta de luz para os mais pobres, o subsídio ao consumo de gás pelos mesmos e a regulamentação dos trabalhadores de aplicativos.

Para complicar, como candidato à reeleição, Lula continua empenhado em gastar mais para ganhar mais voto dos eleitores. Vários desses projetos poderão ser alterados no Congresso, em desacordo com suas conveniências, e ele poderá escolher outros na mesma linha da ganância, num panorama em que o Orçamento federal já está perto de uma situação em que só terá recursos para despesas obrigatórias, de novo prejudicando gastos como os indispensáveis investimentos em infraestrutura, com o que o crescimento econômico continuará sendo prejudicado pela falta de investimentos públicos.

Tenho à minha frente um gráfico das taxas de variação anual do **PIB** de 1947 a 2024, que mostram que a economia **crescia** bem mais no período até 1980, com taxas predominando entre 5% e 10%, e a partir daí passou a crescer bem menos, variando entre zero e 5%, e algumas taxas até negativas, em particular na última década. Na minha avaliação, um fator que está por trás das menores taxas pós 1980 é a queda dos

investimentos públicos.

Em todo o gráfico, percebe-se que o crescimento ocorre em ciclos ou voos de galinha, e na minha percepção e na da maioria do mercado estamos entrando na fase descendente de mais um deles, com a taxa de crescimento caindo de perto de 3% - que já não é muito para as necessidades brasileiras - para próxima de 2%, que é pior ainda.

Minha frustração é que a classe política, em particular o presidente, seu partido e o Congresso, não discutem o problema do crescimento, embora esteja na raiz das decisões que levaram aos menores investimentos públicos.

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É
CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO
SUPERIOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Probabilidade de alta de juro já se aproxima de chance de manutenção

A extensão do ciclo de aperto monetário, que chegou a ser um tema dado como encerrado por boa parte dos economistas após a ata do último Copom, voltou à tona nesta semana. A preços de mercado, a probabilidade de uma alta de 0,25 ponto na Selic na reunião de junho já se aproxima da chance de a autoridade monetária manter os juros.

Surpresas nos dados do mercado de trabalho brasileiro e o enfraquecimento da hipótese de rápida desaceleração da economia global desde o último encontro do colegiado se juntaram à comunicação mais cautelosa do presidente do BC, Gabriel Galípolo, em um cenário que também contemplou a avaliação por parte de agentes financeiros de um tom mais "hawkish" (duro) de membros da diretoria em reuniões privadas com o mercado.

De acordo com o mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de manutenção da Selic em 14,75% alcançou o patamar de 83% no fechamento da sessão de 27 de maio, dia em que houve a divulgação do IPCA-15, ante os 14% de chance de alta de 0,25 ponto percentual - patamar que o mercado considera praticamente como prêmio residual nas apostas para o desfecho da reunião.

Os dias seguintes, no entanto, foram de reversão expressiva nas apostas pelo fim do ciclo de aperto monetário. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pnad mostraram um mercado de trabalho ainda bastante aquecido, colocando em dúvida o cenário de desaceleração traçado na ata da última reunião do Copom.

Também vale destacar uma série de reuniões privadas recentes entre diretores do Banco Central e agentes de mercado. Ainda que a leitura sobre as mensagens emitidas pelas autoridades tenha sido mista, prevaleceu a interpretação de que pareceu haver pouca disposição - sobretudo do diretor de política econômica, Diogo Guillen - de "fechar a porta" para uma alta de 0,25 ponto na reunião de junho.

A sensação acabou reforçada na segunda-feira, quando o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participou de um evento no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). Ao ser perguntado sobre como evitar que o mercado se antecipe e passe rapidamente a precificar cortes de

juros após o fim do ciclo de aperto, o dirigente se mostrou mais aberto à possibilidade de uma nova alta de juros em junho.

"Estamos em um estágio anterior [ao fim do ciclo]. Estamos ainda discutindo o ciclo de alta e o que nós vamos tomar como decisão [na reunião de junho]. Flexibilidade significa que nós estamos abertos e vamos chegar na próxima reunião para tomar essa decisão sobre o que fazer", afirmou Galípolo.

As declarações foram refletidas prontamente pelo mercado. No fechamento de ontem, a probabilidade de uma alta de 0,25 ponto na reunião de junho alcançou os 45%, em seu maior patamar desde a última decisão do BC. As taxas curtas também voltaram a subir. A taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 14,81% para 14,835% e a do DI para janeiro de 2027 avançou de 14,185% para 14,21%.

Ao menos até este momento, o economista-chefe da Occam, Paulo Vai, acredita que, embora haja uma probabilidade maior de um cenário que contemple um aumento de 0,25 ponto nos juros em junho, ele ainda não é majoritário. "Para nós, a manutenção da Selic em 14,75% continua sendo mais provável, até pela prescrição que o próprio Galípolo usa em seu discurso ao falar sobre a estabilidade dos juros por um período longo, que seria o resultado mais provável", argumenta.

A Occam, nesse sentido, acredita que a autoridade monetária deve seguir com o juro parado ao menos até o segundo trimestre de 2026. "Não conseguiria ver cortes antes disso sem uma perda maior de credibilidade", enfatiza o economista.

Para o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, "as declarações de diretores do Copom, em especial

"Não conseguiria ver cortes antes do 2-tri de 2026 sem uma perda maior de credibilidade [para o BC]"

Paulo Vai do Galípolo, vão no sentido de evitar que o mercado precifique cortes de juros", apontou durante live mensal da gestora.

"À luz dos dados do PIB, produção industrial, varejo, serviços e de um mercado de trabalho super forte,

muito provavelmente o ciclo não acabou", avalia o economista, que espera uma última alta de 0,25 ponto da Selic neste mês, além de um período prolongado de manutenção da taxa básica em 15%.

Diante de seu cenário-base de 1PCA acima do teto da meta tanto em 2025 quanto em 2026, Genta avalia como "muito difícil" discutir a flexibilização monetária tão cedo. "Se o BC cortar ano que vem, provavelmente será contra o que os fundamentos estão apontando", diz.

O estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, carrega o cenário de uma alta adicional de 0,25 ponto na Selic desde a última reunião. "Minha projeção continha a ideia de que esse intervalo entre as reuniões ainda exigiria um BC ativo em termos de ação, e não só na comunicação", aponta.

Cunha esperava que o Copom ainda não fosse ganhar nenhum tipo de conforto ao pensar no hiato do produto e, ainda que o IPCA-15 tenha sido melhor que o esperado, a **inflação** corrente ainda está bastante distante de patamares confortáveis para a autoridade.

"Na minha cabeça o correto seria dar mais 0,25 ponto e não decretar o fim do ciclo, ao dizer que, neste momento, optou por subir os juros, deixando uma porta aberta para a próxima reunião. Seria uma abordagem ortodoxa e evitaria a precipitação antecipada de cortes do mercado, mas não acredito que o Copom fará isso neste momento", afirma o estrategista.

Na visão do interlocutor de uma importante instituição financeira, é importante para a estratégia do BC preservar a possibilidade da alta de 0,25 ponto para evitar que o mercado precifique ainda mais cortes de juros após o fim do ciclo. A preocupação do colegiado com a precipitação da discussão sobre os cortes é reforçada pelas recentes falas dos diretores de que, do ponto de vista da política monetária, a manutenção ou um ajuste de 0,25 ponto é irrelevante, mas o mais importante é por quanto tempo a taxa permanecerá elevada.

Além disso, esta fonte lembra que houve reiteradas falas no sentido de que a taxa de juros já está em nível bastante contracionista. Isso seria outro sinal de que o Copom tem baixa disposição de continuar elevando a Selic nestes níveis.

A estratégia, portanto, seria manter o juro no nível atual, utilizar uma comunicação dura e, eventualmente, fazer a revisão do hiato do produto, aproximando a estimativa do BC à do mercado. Isso teria um reflexo de alta nas projeções do Copom e reforçaria a mensagem de que os cortes de juros

ainda estariam distantes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188223?page=2§ion=4>

"Brasil é o País do futuro que nunca se realiza", diz o economista Nouriel Roubini - COLUNA BROADCAST

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN

O Brasil não realiza seu potencial de crescimento por falta de reformas, afirmou Nouriel Roubini em entrevista ao Capital Insights, programa da Broadcast em parceria com o CNN Money.

"Há criação de emprego, geração de renda e crescimento sólido, embora de 2% a 3%", disse. "Não é possível tirar as pessoas da pobreza no longo prazo com essas taxas." Para o economista, que previu a crise de 2008, o País vive uma situação mediana: "Não é boa o suficiente, mas não é uma crise. Há boa dinâmica de exportação, puxada pelo agro, o consumo está ok. Poderia melhorar no fiscal e nas reformas". A entrevista, conduzida por Fernando Nakagawa e Célia Froufe, será publicada na Broadcast ao longo desta quinta-feira e vai ao ar às 19 horas, no canal CNN Money.

**

Predominância do dólar vai continuar

Roubini também descarta a possibilidade de o dólar perder seu status de moeda de reserva. Em sua avaliação, se a moeda se enfraquecer, será de forma limitada.

Para ele, nenhuma moeda das grandes economias pode hoje substituir o dólar. "A Europa é um museu, a China é uma prisão, e o Japão é um asilo", afirmou.

"Brics não é bloco tão homogêneo"

Ele descartou ainda a criação de uma moeda comum do Brics, bloco formado originalmente por Brasil, Rússia, China e Índia. "O grupo não é tão homogêneo quanto parece. Há autocracias, democracias, países com diferentes patamares de renda per capita, com economias mais manufatureiras, outras de serviços."

**

I FINANÇAS... Os direitos de transmissão continuam sendo a principal fonte de receita dos clubes brasileiros. A edição 2024 do Relatório das Finanças

do Esporte Brasileiro, produzido pela Sport Inside, mostra que apenas esta rubrica rendeu R\$ 2,9 bilhões aos times no ano passado. Em segundo lugar vem a premiação do Campeonato Brasileiro, que distribuiu R\$ 2,1 bilhões em 2024.

I ...EM CAMPO. O Flamengo, clube de maior torcida no Brasil, foi o time que mais arrecadou: R\$ 454 milhões com direitos de transmissão. O Corinthians vem em segundo neste quesito, com R\$ 295 milhões. Palmeiras, vice-campeão no ano passado, botou R\$ 259 milhões no cofre. Importante lembrar que o Botafogo, que levantou a taça de campeão em 2024, ainda não divulgou seus números referentes ao ano passado.

I COPA DO BRASIL. A Copa do Brasil tem a proeza de juntar times de todo o Brasil, mas depois do apito final, quem enche os cofres são os times da série A. Aqui também o Flamengo, que botou a faixa de campeão, embolsou R\$ 94 milhões, enquanto o vice, Atlético Mineiro levou R\$ 51 milhões para casa. Somados, os dois times respondem por quase 50% do total de verba distribuída, de R\$ 300 milhões.

I LIBERTADORES. Dos R\$ 465 milhões distribuídos na Libertadores de 2024, além do título de campeão, o Botafogo ficou com R\$ 194 milhões, e o vice, Atlético Mineiro, embolsou R\$ 96 milhões.

I INFLAÇÃO DE BETS. O levantamento mostra também o peso das casas de apostas online no total de dinheiro em circulação pelos gramados em 2024 na forma de patrocínio. Em 2023, o dinheiro investido por fabricantes de material esportivo, instituições financeiras e outras companhias de diferentes segmentos somou R\$ 1 bilhão.

Em 2024, com a invasão de campo das bets, o total de patrocínios movimentados foi de R\$ 1,6 bilhão.

I IMÓVEIS. A plataforma imobiliária Loft planeja fechar o ano com 650 mil contratos de fiança aluguel, que funcionam como seguro-fiança e que podem cobrir a inadimplência de todos os aluguéis e taxas de condomínio das locações, além de reformas. A empresa tem 500 mil contratos ativos.

exportação e o consumo está ok"

Site: digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

I EM ALTA. Segundo Sandro Westphal, vice-presidente de alianças e parcerias estratégicas da Loft, a modalidade tem sido mais utilizada depois da pandemia, quando a inadimplência subiu.

I CONCORRÊNCIA. Para o executivo, o fim do QuintoCred, solução de garantia locatícia do QuintoAndar, que dará cobertura aos contratos até 3 de agosto, não terá impacto significativo na carteira de clientes da Loft. "É uma carteira muito pequena, representa cerca de dois meses da nossa originação de contratos", diz.

I NO AZUL. Westphal conta que o foco em fiança aluguel desde 2016 ajudou a empresa a atingir o breakeven (ponto de equilíbrio) em dezembro de 2023.

"Desde lá a empresa opera com margens, crescimento forte, mais de 30% ao ano", diz.

**

SOBE - Com carros zero mais caros, demanda por oficinas cresce

A média mensal de veículos atendidos em oficinas mecânicas subiu de 80 em 2020 para 122 em 2024, um aumento de 52,5%, segundo a Oficina Brasil, plataforma online especializada em reparação automotiva.

Na avaliação da empresa, isso é resultado do avanço do preço médio dos automóveis novos, de R\$ 76 mil a R\$ 141 mil entre 2019 e 2023.

A lógica é que muitos motoristas optaram por manter seus carros, o que ampliou a busca por manutenção.

DESCE - Valor médio de acordos ambientais cai 66% em 2024

O valor médio pago por empresas brasileiras em acordos ambientais caiu de R\$ 82.755,41 em 2023 para R\$ 28.037,57 em 2024, um recuo de 66,12%, segundo a Projuris, plataforma da empresa de softwares Softplan para a área jurídica. O valor médio das condenações ambientais também diminuiu, de R\$ 13.821,41 para R\$ 10.122,88, baixa de 26,75%. O valor médio de indenizações por dano moral ambiental, por sua vez, caiu 25,06%.

**

FALTAM REFORMAS

Para Roubini, situação do País é mediana: "Não é boa o suficiente, mas não é uma crise. Há boa dinâmica de